

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO

90018/2026

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos /material permanente destinados à Assistência do Idoso, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202429140007, destinada à Secretaria Municipal de Promoção Social do Município de Tarauacá/Acre.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 133.874,73

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/06/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....	5
4.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 8	
7.DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8.DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
9.DO TERMO DE CONTRATO	16
10.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	Error! Bookmark not defined.
11.DOS RECURSOS.....	17
12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL Nº 90018/2026 (Processo Administrativo nº /3.249/2026)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma TRADICIONAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos/material permanente destinados à Assistência do Idoso, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202429140007, destinada à Secretaria Municipal de Promoção Social do Município de Tarauacá/Acre, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. *Os itens 01 a 12 são participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

2.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos*

com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto; e

4.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *Percentual de desconto do item;*

5.1.2 *marca;*

5.1.3 *fabricante e/ou tipo / espécie de fruta;*

Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 1,00 (um real)**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de maior desconto não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.8.1** conter vícios insanáveis;
- 7.8.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.8.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**
- 7.10.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.10.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.10.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.11.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.11.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.11.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
- 7.11.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.12.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.13.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.14.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.14.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.15.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% a 30 %, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 30 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [::Portal das Licitações::](#). TCE-AC .

11.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6 fraudar a licitação;
- 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1 advertência;
 - 11.2.2 multa;
 - 11.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: contratacoestk@gmail.com.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com, <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 *Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;*

Tarauacá/AC, 15 de maio de 2026

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025

	<p>ESTADO DO ACRE</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ</p> <p>SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPS</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--

TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. PREÂMBULO

Este Termo de referência é o documento elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação em tela. Elaborado de acordo com o Art. 6º da Lei, inciso XXIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Este documento é parte integrante do processo administrativo de contratações públicas, constante nos autos, conjuntamente com os documentos de formalização de demandas e estudo técnico preliminar devidamente aprovados pelo secretário da pasta.

2. DO OBJETO

2.1 - Constitui-se o presente objeto para **Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos /material permanente destinados à Assistência do Idoso, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202429140007, destinada à Secretaria Municipal de Promoção Social do Município de Tarauacá/Acre,** conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

3. NATUREZA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

3.1 - Os materiais a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como aquisição de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.


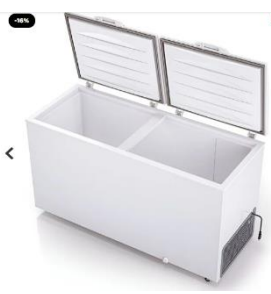
3.2 – Especificações mínimas para os objetos:


ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	UND	QUANT


Rua: Cel. Juvêncio de Menezes,385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000



Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

01	<p>CONJUNTO DE MESA E 4 CADEIRAS DE PLÁSTICO –</p> <p>Especificações mínimas: mesa: alt. 0,72x larg. 0,70 x comp. 0,70 / cadeira: alt. 0,88x larg. 0,50 x comp. 0,56. Capacidade de suporte mínimo até 182 quilos. Material: polipropileno injetado de alta resistência, apropriado para uso interno e externo; Cor: branca; Acabamento liso, fácil higienização e resistente à umidade; Certificação compulsória do produto junto ao INMETRO, conforme Portarias vigentes para mobiliário plástico; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>		UND	10
02	<p>FREEZER HORIZONTAL -</p> <p>especificações mínimas: capacidade líquida mínima: 510 litros; Tipo: horizontal, de tampa superior dupla com vedação magnética e dobradiças metálicas; Temperatura de operação: entre -16°C e -24°C (modo freezer); Sistema de refrigeração: compressor hermético com gás ecológico R-600a ou R-134a, livre de CFC; Controle de temperatura: termostato ajustável de fácil acesso; Descongelamento: semiautomático, Revestimento interno em chapa galvanizada ou alumínio, com alta resistência à corrosão e fácil limpeza; Revestimento externo em aço com pintura eletrostática branca; Dreno frontal para escoamento de água de degelo; Fechadura com chave, Pés niveladores ajustáveis; Cor branca; Tensão: bivolt automático (127V/220V); Consumo de energia:</p>		UND	01

	compatível com selo Procel A de eficiência energética; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Fabricante devidamente registrado no INMETRO e atendimento às normas da ABNT aplicáveis.			
03	<p><u>REFRIGERADOR EXPOSITOR VERTICAL</u> – especificações mínimas: capacidade líquida mínima: 510 litros; Tipo: vertical expositor com porta de vidro duplo temperado e vedação magnética; Iluminação interna em LED, com baixo consumo de energia e alta durabilidade; Refrigeração por compressor hermético com gás ecológico R-600a ou R-134a, livre de CFC; Sistema de refrigeração: estático ou ventilado (frost free), de acordo com a oferta de mercado, desde que garanta temperatura uniforme; Faixa de temperatura de operação: entre +1°C e +7°C; Controle de temperatura por termostato ajustável de fácil acesso; Degelo automático ou semiautomático; Interior com prateleiras reguláveis em aço com pintura epóxi, permitindo organização de produtos; Revestimento interno em chapa galvanizada ou ABS de alta resistência, com cantos arredondados para facilitar a higienização; Revestimento externo em aço com pintura eletrostática branca; Pés reguláveis para nivelamento; Consumo de energia compatível com selo Procel A de eficiência energética; Tensão: bivolt automático (127/220V); Ruído máximo inferior a 60 dB; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto certificado pelo</p>		UND	01

	INMETRO, conforme regulamentação vigente.			
04	<p>TENDAS PIRAMIDAL 8X8 – especificações mínimas: Estrutura modular tipo piramidal, com dimensões de 8 metros x 8 metros (64 m² de área total coberta); Altura mínima central: 3,5 metros; Estrutura metálica em aço galvanizado, com tratamento anticorrosivo, de montagem rápida e desmontagem simples; Fixação por parafusos, abraçadeiras e pinos metálicos, garantindo estabilidade e segurança; Cobertura confeccionada em lona de PVC trançada ou poliéster revestido, impermeável e anti-UV, gramatura mínima de 550 g/m²; Cor: branca (padrão institucional), com proteção contra fungos, mofo e intempéries, anti chamas; Costuras reforçadas e acabamento termo-selado, garantindo vedação total contra chuva; Capacidade de resistência a ventos de até 60 km/h, conforme normas técnicas aplicáveis; Pés com base metálica larga ou estacas para fixação em solo, permitindo nivelamento em terrenos regulares; Possibilidade de fechamento lateral com cortinas removíveis (quando aplicável); Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; Produto em conformidade com normas de segurança e resistência estrutural da ABNT (NBR 15575 ou similar).</p>		UND	01

05	<p><u>VENTILADORES DE PAREDE OSCILANTE 60cm</u> -</p> <p>Especificações mínimas: Diâmetro das hélices: 60 cm; Tipo: ventilador de parede oscilante, com suporte metálico e regulagem de inclinação; Potência mínima: 200 watts; Tensão: bivolt automático (127V/220V) ou conforme necessidade do local de instalação; Material das hélices: polipropileno ou ABS injetado de alta resistência, com 3 pás balanceadas; Corpo e grade em aço pintado com tinta epóxi anticorrosiva; Sistema de oscilação horizontal automática com trava de acionamento manual; Regulagem de velocidade em três níveis (baixa, média e alta); Nível de ruído máximo: inferior a 65 dB; Vazão de ar mínima: 1,5 m³/s (ou equivalente a 5.400 m³/h); Fixação segura em parede com suporte metálico e parafusos de ancoragem; Cabos e plugues conforme normas ABNT NBR 14136; Consumo energético compatível com Selo Procel de eficiência classe A; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto com certificação do INMETRO válida no território nacional.</p>		UND	03
06	<p><u>FOGÃO 5 BOCAS DE PISO COM MESA EM INOX (COR BRANCA)</u> -</p> <p>Especificações mínimas: Tipo: fogão de piso, com 5 bocas e mesa em aço inoxidável polido; Acendimento: automático total (tanto nas bocas quanto no forno); Trempe: individuais ou duplas, confeccionadas em aço esmaltado ou ferro fundido, com suporte</p>		UND	01


Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk


www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca


	estável e antiderrapante; Queimadores: 1 queimador tripla chama (alta potência, mínimo 3.000 W); 2 queimadores médios (potência mínima 1.800 W); 2 queimadores pequenos (potência mínima 1.200 W); Forno: Capacidade mínima de 96 litros; Sistema de dupla grade deslizante; Porta com visor amplo em vidro temperado duplo e isolamento térmico; Revestimento interno esmaltado autolimpante (fácil limpeza); Iluminação interna com lâmpada protegida; Puxador ergonômico em alumínio escovado ou aço pintado; Pés altos e niveladores para facilitar a limpeza; Cor predominante: branca, com mesa superior em inox; Alimentação: GLP (compatível com conversão para GN); Tensão elétrica: bivolt automático (127V/220V); Consumo de energia: compatível com selo Procel de eficiência energética "A"; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto com certificação do INMETRO, conforme normas ABNT NBR 13723 (segurança de aparelhos a gás) e demais aplicáveis.			
07	<u>CÂMERA DIGITAL MIRRORLESS COM LENTE INTERCAMBIÁVEL -</u> Especificações mínimas: Tipo: câmera digital mirrorless (sem espelho óptico), com lente intercambiável; Resolução mínima do sensor: 24,1 megapixels (MP), tipo CMOS APS-C ou equivalente; Processador de imagem de alto desempenho, com baixo ruído e reprodução fiel de cores;		UND	01


	<p>Compatibilidade com gravação de vídeo em Full HD (1920x1080) a 60 fps ou superior; Sistema de foco automático (AF) híbrido, com detecção de contraste e de fase, cobrindo ampla área do quadro; Intervalo de sensibilidade ISO: 100 a 12.800 (expansível para 25.600); Disparo contínuo mínimo de 6 quadros por segundo; Estabilização óptica de imagem integrada à lente; Tela LCD traseira de 3 polegadas com ajuste de brilho e visualização em tempo real (live view); Conectividade Wi-Fi e Bluetooth integradas para transferência de imagens e controle remoto via aplicativo móvel; Compatibilidade com cartões de memória SD, SDHC ou SDXC (UHS-I ou superior); Lente inclusa: zoom padrão 18–45 mm, abertura f/4.5–6.3 ou equivalente, com autofoco e estabilização de imagem; Interface: porta USB tipo C e HDMI; Alimentação: bateria recarregável de íons de lítio com carregador incluso; Corpo leve e compacto, com empunhadura ergonômica; Peso máximo: 430 g (com bateria e cartão); Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto com certificação do INMETRO e conformidade com normas ANATEL (para conectividade sem fio). Marca Canon ou similar</p>			
08	<p><u>LONGARINA COM 5 LUGARES EM POLIPROPILENO (COR PRETA)</u> - Especificações mínimas: Tipo: longarina com 5 assentos fixos, destinada a ambientes de convivência e recepção; Estrutura:</p>		UND	08

	<p>confeccionada em aço carbono com pintura epóxi preta ou similar, resistente à corrosão e de alta durabilidade; Assentos e encostos: fabricados em polipropileno injetado de alta resistência, formato anatômico, superfície lisa e arestas arredondadas para maior conforto; Cor: preta, Dimensões aproximadas LxPxA – 2,42 x 50x87; Estrutura com traves de sustentação metálicas e pés em formato de “T” ou similar, com sapatas niveladoras para estabilidade; Capacidade de carga: mínimo 120 kg por assento; Fixação por parafusos de alta resistência; Acabamento livre de rebarbas e arestas cortantes; Produto ergonômico, conforme normas ABNT NBR 13962 (mobiliário — assentos) e NR-17 (ergonomia); Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto com certificação do INMETRO ou declaração de conformidade do fabricante, quando aplicável.</p>			
09	<p><u>IMPRESSORA, MULTIFUNCIONAL</u> – contendo as especificações mínimas: jato de tinta, com tanque de tinta integrado, quatro cores, impressão duplex (frente e verso) automático, rendimento mínimo de 7.500 páginas em preto e 6.000 coloridas, velocidade máxima de até 33ppm em preto e 20ppm em cores, scanner com puxador automático de papel e função copiadora. Painel de instruções frontal LCD colorido. Com conexão wi-fi e ethernet (RJ-45). Cores de impressão: quatro cores (preto, ciano, magenta e</p>		UND	02

	<p>amarelo); Funções: impressão, digitalização (scanner) e cópia; Impressão duplex (frente e verso): automática; Rendimento mínimo de impressão: Até 7.500 páginas em preto; Até 6.000 páginas coloridas; Velocidade máxima de impressão: Até 33 páginas por minuto (ppm) em preto; Até 20 páginas por minuto (ppm) em cores; Resolução mínima de impressão: 4.800 x 1.200 dpi ou equivalente; Scanner: Tipo: mesa plana com alimentador automático de documentos (ADF); Capacidade mínima do ADF: 30 folhas; Resolução óptica mínima de 1.200 x 2.400 dpi; Função copiadora: Cópias coloridas e monocromáticas; Ampliação e redução automáticas; Painel de controle: Painel frontal com tela LCD colorida; Navegação intuitiva e botões de atalho para funções principais; Conectividade: Wi-Fi integrado; Porta Ethernet (RJ-45); Interface USB de alta velocidade; Compatibilidade com sistemas operacionais Windows, Linux e macOS; Bandeja de entrada com capacidade mínima de 250 folhas; Ciclo mensal de trabalho compatível com uso administrativo contínuo; Consumo de energia reduzido, compatível com selo Procel de eficiência energética, quando aplicável; Produto com certificação do INMETRO e conformidade com normas da ABNT; DA GARANTIA: A garantia de funcionamento será pelo período de 12 (doze) meses para peças e serviços contada a partir do Recebimento Definitivo do Objeto, sem prejuízo de qualquer</p>			
--	--	--	--	--

	política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.			
10	<p>TELEVISOR LED 70 POLEGADAS, RESOLUÇÃO 4K UHD, COM CONECTIVIDADE INTELIGENTE - contendo as especificações mínimas: Tipo: televisor LED para uso institucional e coletivo; Tamanho da tela: 70 polegadas, formato widescreen (16:9); Resolução: 4K UHD (3840 x 2160 pixels); Tecnologia do painel: LED, com retroiluminação uniforme e ângulo de visão amplo; Frequência mínima de atualização: 60 Hz; Sistema operacional: Smart TV, com acesso a aplicativos e conteúdos via internet; Conectividade: Wi-Fi integrado; Bluetooth para conexão com dispositivos externos (caixas de som, controles, etc.); Compatibilidade com assistente virtual por comando de voz, por meio de microfone no controle remoto ou integração com dispositivos externos (ex.: Alexa ou equivalente); Entradas e conexões: Mínimo de 3 entradas HDMI; Mínimo de 2 portas USB; Entrada Ethernet (RJ-45); Saída de áudio digital; Sistema de áudio integrado com potência compatível para ambientes internos, com suporte a tecnologias de melhoria de som; Controle remoto com acesso rápido às principais funções e comandos de voz, quando aplicável; Compatibilidade com fixação em suporte de parede padrão VESA;</p>		UND	02

	Consumo de energia compatível com selo Procel de eficiência energética, quando aplicável; Produto em conformidade com as normas da ABNT, regulamentações do INMETRO e certificações da ANATEL para conectividade sem fio; Marca Samsung ou similar.			
11	<p><u>BEBEDOURO DE COLUNA COM REFRIGERAÇÃO ELÉTRICA</u> - contendo as especificações mínimas: Sistema de refrigeração: elétrico, por compressor hermético, com gás refrigerante ecológico, livre de CFC; Capacidade mínima de refrigeração: 20 litros por hora; Temperatura da água gelada: entre 4°C e 10°C; Opções de fornecimento de água: Água natural e Água gelada; Reservatório interno de água gelada confeccionado em aço inoxidável, atóxico e resistente à corrosão; Gabinete externo em aço com pintura eletrostática ou aço inox, acabamento na cor prata, de fácil higienização; Torneiras ou acionadores em material resistente, adequados ao uso frequente, com identificação para água natural e gelada; Bandeja coletora de água removível para fácil limpeza; Sistema de filtragem interno ou compatibilidade com filtro externo, garantindo a qualidade da água fornecida; Pés niveladores ajustáveis, assegurando estabilidade do equipamento; Tensão elétrica: 127V ou 220V, conforme a rede elétrica local; Consumo de energia compatível com os padrões de eficiência</p>		UND	01

	energética vigentes (Selo Procel, quando aplicável); Produto em conformidade com as normas da ABNT, Portarias do INMETRO e exigências sanitárias aplicáveis; DA GARANTIA: A garantia de funcionamento será pelo período de 12 (doze) meses para peças e serviços contada a partir do Recebimento Definitivo do Objeto, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.			
12	<p><u>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL DE ALTA ROTAÇÃO, CAPACIDADE 4 LITROS</u> – contendo as especificações mínimas: Capacidade mínima do copo: 4 (quatro) litros; material do copo: aço inoxidável, atóxico, resistente à corrosão, impactos e variações térmicas; Tampa em material resistente, com vedação adequada e orifício dosador; Sistema de lâminas: Conjunto de lâminas em aço inox, de alta resistência e corte eficiente; Fixação reforçada, adequada para misturas densas; Motor: Potência mínima compatível com uso industrial; Alta rotação, com desempenho adequado para triturar alimentos sólidos e líquidos de forma homogênea; Rotação mínima compatível com padrão industrial, garantindo eficiência e rapidez no preparo; Base e estrutura: Corpo em aço inox ou aço com pintura eletrostática, com alta durabilidade; Base</p>		UND	01

	antiderrapante para maior estabilidade durante o funcionamento; Voltagem: 127V ou 220V, conforme rede elétrica local; Sistema de acionamento simples e seguro, com chave liga/desliga protegida contra respingos; Nível de ruído compatível com equipamentos industriais da mesma categoria; Produto de fácil desmontagem para higienização, atendendo às normas sanitárias vigentes; Conformidade com normas da ABNT e exigências do INMETRO, quando aplicáveis; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.			
--	---	--	--	--

3.3 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.4 - Em caso de divergência existente entre as especificações do CATMAT do sistema COMPRAS.GOV para os itens descritos, prevalecerá as especificações constantes no Termo de Referência.

4. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 – O presente estudo se faz necessário para aquisição de equipamentos /material permanente (eletrodoméstico, eletrônico, informática e outros) destinados à Assistência do Idoso, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202429140007, destinada à Secretaria Municipal de Promoção Social do Município de Tarauacá/Acre.

4.2 - A presente demanda tem por finalidade fortalecer as ações voltadas à promoção do envelhecimento ativo, saudável e participativo, garantindo melhores condições estruturais para o desenvolvimento das atividades realizadas no clube de dança mantido pela Associação.

4.3 - Atualmente, o espaço utilizado apresenta carência de equipamentos adequados, o que limita o pleno aproveitamento das atividades socioculturais e recreativas ofertadas aos idosos.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes,385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

4.4 - A ausência desses materiais compromete o conforto, a segurança e a qualidade das atividades, restringindo o alcance das ações de socialização, inclusão e fortalecimento de vínculos comunitários. Tais atividades, especialmente as de dança e expressão corporal, têm reconhecida importância terapêutica, contribuindo para a melhoria da saúde física e mental dos idosos, além de favorecer a integração social e o sentimento de pertencimento.

4.5 - Sob a ótica do interesse público, a contratação proposta visa assegurar o adequado funcionamento do clube de dança, instrumento fundamental de convivência e promoção da cidadania da pessoa idosa. A medida contribui diretamente para a execução das políticas públicas de assistência social, alinhando-se às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional do Idoso, bem como à política municipal de promoção social.

4.6 - Além de garantir a correta aplicação dos recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202429140007, a iniciativa reforça o compromisso da Administração Municipal com a melhoria contínua da rede socioassistencial, promovendo a valorização da pessoa idosa e a ampliação de oportunidades de convivência, lazer e desenvolvimento pessoal.

4.7 - A não realização da presente contratação poderá acarretar prejuízos significativos à execução das atividades socioassistenciais, uma vez que a falta de equipamentos adequados compromete o conforto e a segurança dos usuários idosos, além de reduzir a capacidade operacional da Secretaria em cumprir as metas estabelecidas no Plano de Ação nº 09032024-068606/2024. Assim, o risco de não atendimento está diretamente associado à interrupção parcial das ações de convivência e fortalecimento de vínculos, impactando negativamente o alcance dos objetivos da Política Nacional do Idoso e do SUAS.

4.8 - Dessa forma, a aquisição pretendida está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, além de representar um investimento estratégico no fortalecimento institucional da Administração Municipal.

4.9 - A solução proposta contempla a aquisição direta dos itens especificados, por meio de Pregão Eletrônico, sem a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo em vista tratar-se de recurso de emenda parlamentar e de demanda pontual, cujo atendimento ocorrerá em única etapa, conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.

4.10 - O ciclo de vida do objeto foi considerado desde a fase de planejamento, abrangendo as etapas de aquisição, utilização, manutenção preventiva (quando aplicável) e descarte responsável ao final de sua vida útil, em observância aos

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

princípios da economicidade e sustentabilidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

4.11 - As especificações técnicas dos produtos foram definidas de forma precisa, suficiente e compatível com as normas técnicas aplicáveis, de modo a garantir a qualidade, a durabilidade e o desempenho esperado, vedada a indicação de marca, em conformidade com o art. 46, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.12 - Dessa forma, a solução proposta assegura a adequação entre a necessidade identificada e o objeto a ser contratado, garantindo o atendimento eficiente da política pública vinculada à emenda parlamentar, a correta aplicação dos recursos e o alcance dos resultados esperados pela Administração.

JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

4.13 - O Sistema de Registro de Preços constitui instrumento adequado quando a Administração necessita realizar aquisições de forma parcelada, repetida ou quando não é possível definir previamente a quantidade exata de bens ou a periodicidade de sua utilização. No presente caso, a contratação refere-se à aquisição pontual e específica de equipamentos musicais, audiovisuais e de informática, vinculada ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024 e à Emenda Parlamentar nº 202429140007. A demanda é determinada e imediata, com quantidades previamente estimadas, não havendo previsão de compras adicionais ou sucessivas dos mesmos itens em curto ou médio prazo. Assim, não se verifica o pressuposto essencial para o uso do SRP, que é a aquisição continuada, futura ou de caráter incerto. A adoção do SRP neste caso resultaria na utilização integral da Ata em uma única contratação, descaracterizando sua finalidade legal, em desacordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que já considerou irregular a aplicação do SRP para contratações únicas e imediatas (ex.: Acórdão TCU nº 1.443/2015, entre outros). Ademais, a Advocacia-Geral da União orienta que o SRP deve ser adotado somente quando a modalidade se mostrar tecnicamente vantajosa e adequada à natureza do objeto. Diante disso, conclui-se que a contratação por licitação direta e imediata é a alternativa mais eficiente, econômica e juridicamente segura, garantindo o atendimento integral da necessidade administrativa e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

5 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Para a referida aquisição, pretende-se realizar processo Licitatório com fundamento legal na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 129/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos. Qualquer que seja a solução escolhida, os padrões mínimos de qualidade exigidos serão

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

apresentados no Termo de Referência e/ou no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2021, bem como, a certificação e comprovação de atuação em outros órgãos da administração pública.

5.2 - Poderá participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, pessoa jurídica, regularmente habilitada, cujos ramos de atividades guardem pertinência e compatibilidade em características com o objeto deste certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão;

5.3 - Em atendimento ao art. 49, II da Lei 123/2006, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando, não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

5.4- Da Participação de Empresas em Consórcio : Será vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente procedimento licitatório, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico. A vedação não limitará a competitividade do certame, uma vez que a participação de consórcios é recomendável quando o objeto for considerado “de alta complexidade ou vulto”. Nesse aspecto não há justificativa a participação de empresas em consórcios no presente objeto. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade ou de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, uma vez que permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam disputar entre si, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

6- DA PROPOSTA

6.1 - A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições do Termo de referência e Edital;

6.2 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.2.1 Valor unitário e total conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

6.2.2 Marca;

6.2.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.4 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

6.3 - Os licitantes deverão obedecer estritamente às descrições, especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

anexos. Independentemente de eventuais limitações ou divergências no catálogo de materiais do site de compras do governo federal.

6.4 - Ao formular a proposta de preço, os licitantes deverão atentar para que o valor unitário do item ofertado seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços unitários inexatos ou com mais de duas casas decimais e dificuldade na emissão da nota empenho e dos documentos fiscais;

6.5 - Os licitantes deverão encaminhar proposta detalhada, contendo as especificações técnicas dos equipamentos ofertados, incluindo obrigatoriamente marca, modelo, quantidade, prazo de entrega, com todos os custos e despesas inerentes ao fornecimento, tais como frete, entre outros definidos na descrição do item.

6.6 - Arcar com todos os custos associados à preparação e apresentação de sua proposta, pois a Prefeitura de Tarauacá/Acre em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

6.7 – Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, **no prazo de 02 (duas) horas**, cópia visíveis dos manuais, catálogos e instruções que permitam a perfeita identificação dos produtos ofertados, descrito em língua portuguesa ou traduzidas, incluindo o respectivo Termo de Garantia e Certificado do Inmetro quando for o caso;

6.8 - É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação devidamente justificada pelo interessado, antes de findo o prazo.

6.8.1 - No caso de não haver apresentação dos manuais/prospectos ou ocorrer atraso na apresentação, sem justificativa aceita, ou havendo apresentação de manuais/prospectos fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

6.8.2 - Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.8.2.1 Inspeção visual (fotografias do produto); e

6.8.2.2 Análise das fichas técnicas do produto. (se as descrições atendem ao item 3.2)

6.8.3 - Se o(s) manual(is)/prospecto(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s)

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

manual(is)/prospecto(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes neste TR.

6.9 – Da amostra: Não será exigida a apresentação de amostras.

6.10 - Julgamento e aceitação;

6.10.1 - Será considerada vencedora a empresa cuja proposta contenha o menor valor por item, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital;

6.10.2 - O prazo mínimo de validade das propostas de preços será de 60 (sessenta) dias, a contar de sua apresentação;

6.10.3 – Critério de Aceitabilidade é de: Menor preço por item.

6.10.4 - Se houver **indícios de inexecuibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, **deverá ser efetuadas diligências**, na forma do art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10.5 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas **valores inferiores a 50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022).

6.10.6 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10.7 - Em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

6.11 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.12 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.13 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

6.14 - O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15 - O(a) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

6.16 - O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.

6.17 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

6.18 - Será considerada vencedora, após a fase competitiva, a proposta de menor preço. Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional (reais – R\$). Os preços unitários e totais deverão ser apresentados em algarismos/ números e o preço total da proposta por extenso. Se houver divergência insanável entre os preços o licitante será desclassificado no respectivo item.

6.19 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma

7.1 - Será utilizada a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade ao atendimento do art. 17, § 2º da Lei n. 14.133/2021.

7.2 - No julgamento das propostas o(a) Pregoeiro(a) observará os termos do Edital e seus anexos.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

7.3 - O local de abertura do processo licitatório dar-se-á **de forma eletrônica, através do sistema www.gov.br/compras**, e as informações detalhadas constante do Edital e seus anexos.

Critérios de Seleção do Fornecedor

7.4 - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

7.5 - Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão previstos no edital.

7.6 - Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo licitante/fornecedor serão, conforme disciplinado no edital.

7.7 - O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.8 - As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital.

Forma de Fornecimento

7.9 - O fornecimento do objeto será integral conforme as especificações e quantidades dos itens descritos no termo de referência.

Exigência de Habilitação

7.10 - Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no EDITAL, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2021, bem como, a certificação e comprovação de atuação em outros órgãos da administração pública.

7.11 - As empresas participantes do certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

7.11.1. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

7.11.1.2. Os documentos de capacidade técnica estarão sujeitos a diligência por parte do Pregoeiro ou equipe técnica da Contratante, que poderá averiguar através de visita técnica a autenticidade das informações. Se durante esse

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

processo, for constatada fraude de qualquer um dos documentos, a licitante envolvida estará automaticamente desclassificada do processo licitatório em questão, além de estar sujeito as penalidades previstas neste.

8 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS, LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO

Condições Especiais

8.1 - Os itens a serem adquiridos serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos** contado da ordem de fornecimento e/ou nota de empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;

8.1.1 - A entrega do objeto será realizada em **parcela única**, em razão da natureza dos bens a serem adquiridos e da necessidade de sua disponibilização imediata para pleno funcionamento das atividades do Centro do Idoso.

8.1.2 - A opção pela entrega integral decorre de critérios de eficiência administrativa e economicidade, uma vez que:

I – os itens possuem características padronizadas e independentes entre si, não havendo necessidade técnica de fracionamento da entrega;

II – a entrega única reduz custos logísticos e administrativos, tanto para a Administração quanto para o fornecedor;

III – evita atrasos na disponibilização dos equipamentos, garantindo a imediata implementação e continuidade dos serviços públicos;

IV – facilita o controle, a conferência e o recebimento definitivo dos bens pela fiscalização contratual.

8.1.3 - Ademais, a entrega em parcela única não compromete a competitividade do certame, tampouco restringe a participação de interessados, mostrando-se medida adequada e proporcional, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.2 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez, por prazo não superior ao estipulado anteriormente. Deverá ser feito por escrito, justificadamente, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo contratual. Na hipótese de culpa do fornecedor o mesmo sofrerá as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.3 - Os itens devem ser entregues no endereço indicado, no horário de expediente, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas com fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, e demais despesas decorrentes da entrega dos objetos.

8.4 - Os produtos deverão ser novos, estar adequadamente embalados de forma a preservar suas características originais, atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente:

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

- a) às normas e especificações constantes neste Termo de Referência;
- b) às normas da ABNT/INMETRO, conforme especificação e necessidade de cada produto;
- c) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- d) às prescrições e recomendações dos fabricantes;

8.5 - O fornecedor deverá entregar os itens de maneira que seja possível conferir, separadamente, cada um, de forma que facilite a contagem e controle dos mesmos;

8.6 - Será recusado produto deteriorado ou avariado;

8.7 - Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta;

Local de Entrega

8.8 - Os pedidos serão realizados conforme a necessidade da Secretaria requisitante.

8.8.1 - Os itens serão entregues no endereço do almoxarifado central, situado a Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 267 - centro, CEP: 69.970-000 - Tarauacá/Acre, em remessas únicas conforme itens e quantidades especificadas no item 3.2 deste termo de referência.

Execução

8.9 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.10 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9 – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1 - O prazo de garantia é de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do material.

9.1.1 - Serão observadas as normas estabelecidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9.2 - Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos licitados.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

9.3 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da notificação.

9.4 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

9.5 - O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

9.6 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

9.7- O termo de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercitado o ônus a cargo da contratada, devendo ser entregue devidamente preenchido pelo fornecedor no ato do fornecimento, acompanhado de manual de fábrica do produto;

9.8 - Todos os custos logísticos com envio dos equipamentos para assistência técnica fora do estado do Acre ficarão a cargo da empresa vencedora do certame.

9.9 - Quanto à assistência técnica, a CONTRATADA deverá observar o disposto a seguir:

9.9.1. Apresentar documento fornecido pelo fabricante dos materiais entregues, indicando a empresa autorizada preferencialmente no Estado do Acre ou com capacidade de atendimento em prazo compatível, que executará a assistência técnica aos objetos durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, não inferior a 12 (doze) meses, garantindo também a substituição das peças danificadas, dos mecanismos e componentes do mesmo período, informando os seguintes dados: razão social, endereço, CEP, e-mail e telefone.

9.9.1.1. A indicação da empresa autorizada se faz necessária por questões de logística, uma vez que, o Estado do Acre tem por característica as dificuldades de acesso, seja terrestre ou aéreo, que aumentam os custos e prazos, o que inviabiliza a execução do processo de manutenção corretiva em tempo hábil podendo prejudicar as atividades desta administração.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A empresa CONTRATADA ficará obrigada a executar a aquisição com os mesmos padrões e especificações constantes neste Termo de Referência, edital e seus anexos, sob pena de não aceitação dos mesmos.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

10.2 - A empresa CONTRATADA fornecerá a PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ todas as informações relacionadas a boa entrega e disponibilizará todos os meios necessários à comprovação da qualidade;

10.3 - A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto para atendimento às exigências da Fiscalização da CONTRATANTE;

10.4 - Todas as atividades relacionadas com a entrega dos objetos deverão ser executadas por empregados devidamente qualificados para a entrega demandados;

10.5 - A responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos, inclusive a promoção de possíveis trocas ou adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado será da empresa CONTRATADA;

10.6 - Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa prevista no Termo Contratual;

10.7 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA;

10.8 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.9 - A CONTRATADA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

10.10 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.11 - Os itens devem ser entregues no endereço indicado no item 8.4.1, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas com fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, e demais despesas decorrentes da entrega dos objetos;

10.12 - Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano os equipamentos fornecidos, conforme estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

10.13 - O fornecedor deverá declarar que garante a qualidade e a substituição no caso de defeito dos produtos ofertados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

10.14 - Todas as despesas com transporte, frete, embarque e desembarque, impostos e demais taxas ficarão a cargo da empresa vencedora.

10.15 - Arcar com todos os custos associados à preparação e apresentação de sua proposta, pois a Prefeitura de Tarauacá em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento de produtos, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, quando for o caso.

11.6 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato;

11.7 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato;

11.8 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.9 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre equipamentos que não apresentem as condições exigidas no Edital, para que sejam substituídos;

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | [@prefeitura_tarauaca](https://www.instagram.com/prefeitura_tarauaca)

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

11.10 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

11.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.12 - Colocar à disposição da Contratada todas as informações necessárias ao fornecimento dos produtos; e

11.13 - Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, ao local dos produtos;

12- DO RECEBIMENTO

Do Recebimento

12.1 - O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

12.1.1. - Provisoriamente: Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 3 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

12.1.2 - Definitivamente: Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

12.2 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.3 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta do objeto.

12.4 - A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

12.5 - No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento, sem custos adicionais, caso este apresente defeitos sistemáticos de fabricação no período de 10 (dez) dias contados a partir do recebimento definitivo, sem ônus para o contratante, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução

12.6 - O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

12.7 - Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

12.8 - Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

12.9 - Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;

12.10 - O servidor designado como fiscal poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de defeito, **no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis**, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil;

12.11 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;

13 – DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Liquidação

13.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

13.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.2.1- o prazo de validade;

13.2.2 - a data da emissão;

13.2.3 - os dados do contrato e do órgão contratante, número do convênio e ministério;

13.2.4 - o período respectivo de execução do contrato;

13.2.5 - o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.4 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.5 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.6 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

13.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

13.10 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

13.11 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

13.12 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.13 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.14 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.14.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.15 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.16 - A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Prefeitura Municipal de Tarauacá, com sede na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 – Bairro Centro, Tarauacá-Acre, CEP 69.970-000, CNPJ nº 34.693.564/0001-79, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Pregão, do Contrato e do Empenho;

13.17- Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscal Eletrônica – NF-e, sendo assim as Notas Fiscais aquelas que obedecerem ao processo.

13.18 - O pagamento estará condicionado ao atesto da nota fiscal feito pelo(a) servidor nomeado como “fiscal da ata ou contrato”, indicado pela Secretaria de Promoção

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecoprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

Social, que terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para encaminhar ao setor financeiro, após análise e aprovação da documentação apresentada pela contratada;

13.19 - Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE.

13.20 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = (TX) I = (6 / 100)$$

365

13.21 - A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal /Fatura, após a ocorrência.

13.22 - A Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

13.23 - A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras previstas.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 - Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, ficando a contratada, responsável integralmente por eventuais falhas no fornecimento do objeto, a fim de assegurar que o objeto da contratação atenda os padrões de qualidade especificados no contrato, sem risco de variação decorrente da participação de terceiros; facilitar a fiscalização da execução do contrato, tornando mais fácil a verificação da origem do objeto, da regularidade do fornecedor primário e da conformidade com as exigências legais e técnicas; impedir que a contratada atue apenas como intermediária, sem efetiva participação na produção ou no fornecimento

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

dos bens, o que pode gerar custos adicionais sem benefícios reais para a Administração.

14.2. A inclusão de terceiros no fornecimento do objeto pode gerar riscos jurídicos, como a necessidade de garantir o cumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas por empresas não diretamente vinculadas ao contrato.

14.3. A vedação à subcontratação evita que a empresa vencedora repasse a execução a terceiros que não participaram da disputa, assegurando a observância dos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

15 - DOS IMPEDIMENTOS

15.1 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme determina o artigo 122, § 3º da Lei n. 14.133/2021.

16 - VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO

16.1 - O contrato, quando formalizado será de 12 (doze) meses, podendo excepcionalmente ser prorrogado por igual período, desde que haja justificativa, disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, e que a contratação ainda permaneça vantajosa para a Administração, conforme art. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, e que seja formalizado através de termo aditivo.

16.2 - A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

16.3 - Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 da Lei N.º 14.133/2021, e órgão responsável pela licitação, convocará as demais licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.4 - Deverá exigir como condição para assinatura do contrato ou documento equivalente o seguinte documento: Alvará de Funcionamento em plena validade compatível com o objeto da contratação, bem como, qualquer outro estipulado no edital.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

16.5 - Considerando tratar-se de fornecimento com entrega imediata, a vigência contratual tem por objetivo assegurar o cumprimento de obrigações acessórias, tais como garantia, assistência técnica e eventuais responsabilidades posteriores à entrega do objeto.

DA EFICÁCIA

16.6 - A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

16.7. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

16.7.1 - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

16.7.2 - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

17 – DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no mapa comparativo de preços.

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA, ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado, considerando a aplicação da seguinte fórmula:

$IPC = Ca/Co \times 100$, onde:

IPC = Índice de Preços ao Consumidor

Ca = Custo da cesta de mercado no período atual

Co = Custo da cesta de mercado no período de base

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprask@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

17.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

17.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

18 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1 - O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 124 de Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

18.1.1. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.1.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que acordado entre as PARTES.

18.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19– DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

20 - PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.1.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.1.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.1.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.1.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

20.1.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

20.2 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

20.3 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

20.3.1 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

20.3.2 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

20.3.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

20.3.4 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

20.4 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

20.4.1 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

20.5 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

20.6 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

20.7 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

20.8 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

20.9 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

20.10 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

20.11 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20.12 - A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

20.13 - Para fins desta contratação, ficam desde já indicados:

❖ **Gestor do Contrato:**

Nome: Tamires de Oliveira Soares
Matrícula: 11710

❖ **Fiscal Administrativo do Contrato:**

Nome: Jhonas Lima de Aguiar
Matrícula: 11767

20.14 - Compete ao gestor e ao fiscal acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

21 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133/21, a Contratada que:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

21.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, de acordo com o art. 156 da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

- I. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II. **Multa:**
(1) **moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;**
- III. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União,**
- V. com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- VI. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4 - As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” E “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

21.5 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

21.5.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

22 – DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

22.1 - O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso.

22.2 - A divulgação do orçamento pode impactar a competitividade da licitação, especialmente se outros concorrentes tiverem acesso a informações específicas sobre os valores a serem gastos.

22.3 Manter o orçamento sigiloso pode garantir que todas as propostas recebidas sejam baseadas em informações igualmente limitadas, promovendo assim uma competição justa e imparcial.

22.4 - O preço estimado da contratação será disponibilizado após o fim da fase de lances.

23 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

23.1 - As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

23.1.1. Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

23.1.2. Os documentos de capacidade técnica estarão sujeitos a diligência por parte do Pregoeiro ou equipe técnica da Contratante, que poderá averiguar através de visita técnica a autenticidade das informações. Se durante esse processo, for constatada fraude de qualquer um dos documentos, a licitante envolvida estará automaticamente desclassificada do processo licitatório em questão, além de estar sujeito as penalidades previstas neste.

24 – DA RESCISÃO CONTRATAUAL

24.1- A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

24.2 - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

24.3 - Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

24.4 - Em caso de rescisão, fará *jus* a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

24.5 - De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

24.5.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

24.5.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

24.5.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

24.6 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

24.7 - Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

24.8 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

24.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

25.1 - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

25.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

25.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

25.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

25.3. O contrato poderá ser extinto em decorrência do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, e demais motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

25.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

25.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

25.5. O termo de extinção do Contrato será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

25.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

25.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

25.5.3. Indenizações e multas.

25.6. As partes entregarão, no momento da extinção, a documentação e eventual material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

25.7. No procedimento que visar à extinção do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

25.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

26.1 - Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas, foi elaborado o Mapa de Riscos da contratação, contendo a identificação, análise e tratamento dos principais riscos que podem impactar a execução do objeto.

26.2 - O referido documento contempla, no mínimo:

- ❖ identificação dos eventos de risco;
- ❖ causas e consequências;
- ❖ avaliação de probabilidade e impacto;
- ❖ definição de medidas preventivas e de contingência;
- ❖ indicação dos responsáveis pela gestão dos riscos.

26.3 - A Matriz de Riscos integra o presente processo administrativo como **documento anexo**, devendo ser observada durante toda a execução contratual, nos termos das boas práticas de governança e gestão previstas na legislação vigente.

26 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1 - As despesas desta aquisição ocorrerão por conta do orçamento do Programa de Trabalho conforme descritos no quadro a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL
Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Tarauacá Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Promoção Social Unidade: 01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Promoção Social

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

Proj./Ativ...: **2.348 – Manutenção das Atividades da Coordenadoria da Pessoa Idosa**

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte: 1.500.00 (Recursos não vinculados de impostos) / R\$ 33.874,73

1.706.61.3110 (Identificação Das Transferências da União Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais) / R\$ 100.000,00

27 – DOS CASOS OMISSOS

27.1 - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.4623/2023, e as normas vigentes, respeitando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

27.2 - As cláusulas referentes a pagamento, reajuste de preços, realinhamento, repactuação, prorrogação, alteração, acréscimos, supressões, sanções e outras condições relacionadas à execução do contrato deverão estar expressamente previstas no instrumento contratual, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas regulamentações aplicáveis.

28 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 - Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais etc., correrão por conta da Contratada;

28.2 - As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

28.3 - Fica consignado que os agentes públicos designados para a gestão e fiscalização contratual participaram da elaboração deste Termo de Referência, declarando-se cientes de todas as suas disposições e responsabilidades, comprometendo-se a observá-las integralmente por ocasião da assinatura e durante a execução do contrato.

28.4 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata;

Tarauacá, 17 de março de 2026.

Elaborado por:

TATYANE VIANA DA SILVA

Diretora do CRAS
Portaria nº 148/2025

Aprovado por:

CLEANE MONTEIRO PEREIRA

Secretária Municipal de Promoção Social
Decreto n.º 009/2025

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Tarauacá
SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Promoção Social - SEMPS
RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA
Responsável: Tatyane Viana da Silva Cargo/Função: Diretora do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS E-mail: setordecomprastk@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, I DA LEI Nº. 14.133/21)

2.1 – O presente estudo se faz necessário em atendimento ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202429140007, destinada à Secretaria Municipal de Promoção Social do Município de Tarauacá/Acre.

2.2 - A presente demanda tem por finalidade fortalecer as ações voltadas à promoção do envelhecimento ativo, saudável e participativo, garantindo melhores condições estruturais para o desenvolvimento das atividades realizadas no clube de dança mantido pela Associação.

2.3 - Atualmente, o espaço utilizado apresenta carência de equipamentos adequados, o que limita o pleno aproveitamento das atividades socioculturais e recreativas ofertadas aos idosos.

2.4 - A ausência desses materiais compromete o conforto, a segurança e a qualidade das atividades, restringindo o alcance das ações de socialização, inclusão e fortalecimento de vínculos comunitários. Tais atividades, especialmente as de dança e

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

expressão corporal, têm reconhecida importância terapêutica, contribuindo para a melhoria da saúde física e mental dos idosos, além de favorecer a integração social e o sentimento de pertencimento.

2.5 - Sob a ótica do interesse público, a contratação proposta visa assegurar o adequado funcionamento do clube de dança, instrumento fundamental de convivência e promoção da cidadania da pessoa idosa. A medida contribui diretamente para a execução das políticas públicas de assistência social, alinhando-se às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional do Idoso, bem como à política municipal de promoção social.

2.6 - Além de garantir a correta aplicação dos recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202429140007, a iniciativa reforça o compromisso da Administração Municipal com a melhoria contínua da rede socioassistencial, promovendo a valorização da pessoa idosa e a ampliação de oportunidades de convivência, lazer e desenvolvimento pessoal.

2.7 - A não realização da presente contratação poderá acarretar prejuízos significativos à execução das atividades socioassistenciais, uma vez que a falta de equipamentos adequados compromete o conforto e a segurança dos usuários idosos, além de reduzir a capacidade operacional da Secretaria em cumprir as metas estabelecidas no Plano de Ação nº 09032024-068606/2024. Assim, o risco de não atendimento está diretamente associado à interrupção parcial das ações de convivência e fortalecimento de vínculos, impactando negativamente o alcance dos objetivos da Política Nacional do Idoso e do SUAS.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - (ART. 18, § 1º, II DA LEI Nº. 14.133/21)

3.1 – Esclarece-se que o Município de Tarauacá se encontra em fase de implantação do Plano de Contratações Anual (PCA), conforme exigência do art. 12, inciso VII, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 – Ainda que não formalmente instituído até o presente momento, a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento orçamentário vigente, estando prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Quadro Demonstrativo de Despesa (QDD) da Secretaria Municipal de Promoção Social.

3.3 – Destaca-se que o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) contribuirá para a consolidação futura do Plano de Contratações Anual, assegurando o alinhamento com as diretrizes estratégicas da Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, III DA LEI Nº. 14.133/21)

4.1 - A contratação deverá observar os seguintes dispositivos normativos:

- 1 **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – especialmente os dispositivos relacionados ao planejamento das contratações, julgamento objetivo, gestão e fiscalização contratual, execução contratual e critérios de sustentabilidade
- 2 **Decreto nº 10.024/2019**, quando da eventual utilização da modalidade pregão eletrônico;
- 3 **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 4 **Lei Complementar nº 123/2006**, quanto ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte;
- 5 **Decreto Municipal nº 129/2023** – Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Tarauacá/AC;
- 6 **Lei nº 8.078/1990** – Código de Defesa do Consumidor, no que couber;
- 7 **Lei nº 10.741/2003** – Estatuto do Idoso;
- 8 **Lei Orgânica da Assistência Social** – LOAS (Lei nº 8.742/1993) – que assegura os benefícios eventuais como direito dos cidadãos e dever do Estado.
- 9 **Normas da ABNT** e das legislações pertinentes para execução de todos os produtos aplicáveis;
- 10 Observância ao atendimento ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024, , conforme vinculação orçamentária estabelecida pela Emenda Parlamentar nº 202429140007, com cumprimento dos critérios e prazos pactuados.

4.2 - Requisitos de Sustentabilidade

4.2.1 - A contratação observará as diretrizes de sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), e os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Os principais requisitos de sustentabilidade aplicáveis são:

1. Eficiência energética e consumo responsável:
 - Preferência por equipamentos com selo Procel “A” de eficiência energética (freezers, refrigeradores, ventiladores e fogões).
 - Redução do consumo elétrico e menor emissão de gases de efeito estufa.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACA UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

2. Materiais recicláveis e de longa durabilidade:

- Mobiliário (mesas, cadeiras e longarinas) em polipropileno e aço recicláveis, de fácil manutenção e alta resistência, evitando substituições frequentes.
- Prioriza-se a durabilidade do produto, reduzindo o volume de resíduos sólidos.

3. Condições de trabalho e responsabilidade social:

- Exigência de declaração de inexistência de trabalho infantil ou análogo ao escravo, conforme Decreto nº 9.450/2018 e Art. 14, VI, da Lei nº 14.133/21.
- Preferência a fornecedores que comprovem boas práticas trabalhistas e de responsabilidade social.

4. Baixo impacto ambiental na fabricação e uso:

- Equipamentos e mobiliários fabricados com processos de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs) e tintas atóxicas.
- Priorização de produtos com certificações ambientais reconhecidas (ISO 14001 ou similares).

5. Acessibilidade e usabilidade:

- Observância da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, assegurando que o mobiliário e os espaços resultantes da instalação dos equipamentos sejam acessíveis às pessoas idosas e com mobilidade reduzida.

6. Transporte e distribuição sustentável:

- Incentivo ao uso de logística otimizada para entrega, reduzindo deslocamentos e emissão de poluentes.

4.2.2 - Os requisitos legais e de sustentabilidade asseguram que a contratação esteja em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, bem como com as normas ambientais, trabalhistas e técnicas aplicáveis, garantindo eficiência, durabilidade e responsabilidade socioambiental. A adoção de critérios sustentáveis contribui diretamente para a otimização dos recursos públicos, o fortalecimento da política de assistência social e o cumprimento dos objetivos do Plano de Ação nº 09032024 - 068606/2024.

4.2.3 - Gestão e Fiscalização Contratual: Nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, serão formalmente designados o gestor e o fiscal do contrato, com atribuições claras quanto ao acompanhamento, conferência de conformidade, registro

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecoprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

de ocorrências e aplicação de eventuais penalidades. A designação ocorrerá em portaria própria, garantindo a rastreabilidade e a responsabilização administrativa.

4.3. Da subcontratação:

4.3.1- Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, ficando a contratada, responsável integralmente por eventuais falhas no fornecimento do objeto, a fim de assegurar que o objeto da contratação atenda os padrões de qualidade especificados no contrato, sem risco de variação decorrente da participação de terceiros; facilitar a fiscalização da execução do contrato, tornando mais fácil a verificação da origem do objeto, da regularidade do fornecedor primário e da conformidade com as exigências legais e técnicas; impedir que a contratada atue apenas como intermediária, sem efetiva participação na produção ou no fornecimento dos bens, o que pode gerar custos adicionais sem benefícios reais para a Administração.

4.3.2. A inclusão de terceiros no fornecimento do objeto pode gerar riscos jurídicos, como a necessidade de garantir o cumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas por empresas não diretamente vinculadas ao contrato.

4.3.3. A vedação à subcontratação evita que a empresa vencedora repasse a execução a terceiros que não participaram da disputa, assegurando a observância dos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

4.4 - Da Participação De Empresas Em Consórcio

4.4.1 - De acordo com a Lei 14.133/2021, Art. 6º, Inciso XXII, atualizado pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, serviços e fornecimentos de grande vulto são aqueles cujo valor estimado supera R\$ R\$ 250.902.323,87 (duzentos e cinquenta milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos).

4.4.2 - No caso analisado, o objeto a ser licitado não é considerado como de alta complexidade técnica nem se mostra como de grande vulto financeiro, sendo assim, será vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente procedimento licitatório, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.

4.4.3 - A vedação não limitará a competitividade do certame, uma vez que a participação de consórcios é recomendável quando o objeto for considerado “de alta complexidade ou vulto”. Nesse aspecto não há justificativa a participação de empresas em consórcios no presente objeto.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes,385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

4.4.4. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade ou de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, uma vez que permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam disputar entre si, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

4.5. Da garantia contratual:

4.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.5.2. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.5.3. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

4.5.4. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

4.6 - Da Qualificação Técnica

4.6.1 - As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

4.6.1.1. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

4.6.1.2. Os documentos de capacidade técnica estarão sujeitos a diligência por parte do Pregoeiro ou equipe técnica da Contratante, que poderá averiguar através de visita técnica a autenticidade das informações. Se durante esse processo, for constatada fraude de qualquer um dos documentos, a licitante

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--

envolvida estará automaticamente desclassificada do processo licitatório em questão, além de estar sujeito as penalidades previstas neste.

4.7 – Outros:

4.7.1 - Os itens devem ser entregues no endereço indicado, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas com fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, e demais despesas decorrentes da entrega dos objetos.

4.7.2 - Os licitantes deverão encaminhar proposta detalhada, contendo as especificações técnicas dos equipamentos ofertados, incluindo obrigatoriamente marca, modelo, quantidade, prazo de entrega, com todos os custos e despesas inerentes ao fornecimento, tais como frete, entre outros definidos na descrição do item. **Os licitantes deverão apresentar junto com a proposta, catálogos/prospectos com a descrição do objeto proposto, bem como sua ficha técnica.**

4.7.3 - Arcar com todos os custos associados à preparação e apresentação de sua proposta, pois a Prefeitura de Tarauacá/Acre em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

4.7.4 – A licitante vencedora deverá apresentar no ato da entrega a documentação técnica (manuais, catálogos, prospectos, ficha técnica técnicos e laudos) relativos ao objeto ofertado, incluindo o respectivo Termo de Garantia e Certificado do Inmetro quando for o caso;

4.8 - Da Garantia, manutenção e assistência técnica

4.8.1 - O prazo de garantia é de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do material.

4.8.1.1 - Serão observadas as normas estabelecidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.8.2 - Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos licitados.

4.8.3 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da notificação.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

4.8.4 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.8.5 - O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.8.6 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.8.7- O termo de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercitado o ônus a cargo da contratada, devendo ser entregue devidamente preenchido pelo fornecedor no ato do fornecimento, acompanhado de manual de fábrica do produto;

4.8.8 - Todos os custos logísticos com envio dos equipamentos para assistência técnica fora do estado do Acre ficarão a cargo da empresa vencedora do certame.

4.8.9 - Quanto à assistência técnica, a CONTRATADA deverá observar o disposto a seguir:

4.8.9.1. Apresentar documento fornecido pelo fabricante dos materiais entregues, indicando a empresa autorizada localizada no estado do Acre, que executará a assistência técnica aos objetos durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, não inferior a 12 (doze) meses, garantindo também a substituição das peças danificadas, dos mecanismos e componentes do mesmo período, informando os seguintes dados: razão social, endereço, CEP, e-mail e telefone.

4.8.9.1.1. A indicação da empresa autorizada se faz necessária por questões de logística, uma vez que, o Estado do Acre tem por característica as dificuldades de acesso, seja terrestre ou aéreo, que aumentam os custos e prazos, o que inviabiliza a execução do processo de manutenção corretiva em tempo hábil podendo prejudicar as atividades desta administração.

4.8.10 – Dos documentos de habilitação: Participarão desta licitação, empresas especializadas no ramo, devidamente regulamentadas e autorizadas pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACA UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p>ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--


rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2023 e outros pertinentes definidos no edital.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - (ART. 18, § 1º, IV DA LEI Nº. 14.133/21)

5.1 - A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à Assistência do Idoso, vinculada à Secretaria Municipal de Promoção Social do Município de Tarauacá/Acre, conforme definido no Plano de Ação nº 09032024-068606/2024 e na Emenda Parlamentar nº 202429140007.

5.2 - A definição das quantidades baseou-se em levantamento técnico realizado pela equipe de planejamento da Secretaria, considerando:

- A dimensão física das áreas de convivência;
- O número médio de usuários atendidos;
- A necessidade de adequação do ambiente para conforto, segurança e funcionalidade de suas atividades;
- A vida útil média e a capacidade de uso coletivo dos bens permanentes;
- Valor disponibilizado pela emenda parlamentar;

DETALHAMENTOS DOS ITENS				
ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	UND	QUANT. PARA CONSUMO
01	<p>CONJUNTO DE MESA E 4 CADEIRAS DE PLÁSTICO –</p> <p>Especificações mínimas: mesa: alt. 0,72x larg. 0,70 x comp. 0,70 / cadeira: alt. 0,88x larg. 0,50 x comp. 0,56. Capacidade de suporte mínimo até 182 quilos. Material: polipropileno injetado de alta resistência, apropriado para uso interno e externo; Cor: branca; Acabamento liso, fácil higienização e resistente à umidade; Certificação compulsória do produto junto ao INMETRO, conforme Portarias vigentes para mobiliário plástico; Garantia</p>		UND	10

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes,385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk


www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.			
Finalidade do item 01: O conjunto será utilizado nas áreas de convivência, possibilitando conforto e praticidade aos idosos durante as atividades recreativas, reuniões e eventos. A opção por mobiliário plástico se deve à durabilidade, leveza e facilidade de higienização, atendendo às exigências sanitárias e de segurança aplicáveis ao ambiente.				
02	<p><u>FREEZER HORIZONTAL</u> - especificações mínimas: capacidade líquida mínima: 510 litros; Tipo: horizontal, de tampa superior dupla com vedação magnética e dobradiças metálicas; Temperatura de operação: entre -16°C e -24°C (modo freezer); Sistema de refrigeração: compressor hermético com gás ecológico R-600a ou R-134a, livre de CFC; Controle de temperatura: termostato ajustável de fácil acesso; Descongelamento: semiautomático, Revestimento interno em chapa galvanizada ou alumínio, com alta resistência à corrosão e fácil limpeza; Revestimento externo em aço com pintura eletrostática branca; Dreno frontal para escoamento de água de degelo; Fechadura com chave, Pés niveladores ajustáveis; Cor branca; Tensão: bivolt automático (127V/220V); Consumo de energia: compatível com selo Procel A de eficiência energética; Garantia mínima de 12 (doze) meses;</p>		UND	01

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk


www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	Fabricante devidamente registrado no INMETRO e atendimento às normas da ABNT aplicáveis.			
Finalidade do item 02: O freezer horizontal será destinado ao armazenamento adequado de insumos e produtos alimentícios utilizados em eventos e confraternizações promovidas no âmbito das atividades. Sua aquisição visa assegurar condições ideais de conservação, eficiência energética e segurança alimentar, contribuindo para o bom funcionamento e sustentabilidade das ações voltadas ao público idoso.				
03	<u>REFRIGERADOR EXPOSITOR VERTICAL</u> – especificações mínimas: capacidade líquida mínima: 510 litros; Tipo: vertical expositor com porta de vidro duplo temperado e vedação magnética; Iluminação interna em LED, com baixo consumo de energia e alta durabilidade; Refrigeração por compressor hermético com gás ecológico R-600a ou R-134a, livre de CFC; Sistema de refrigeração: estático ou ventilado (frost free), de acordo com a oferta de mercado, desde que garanta temperatura uniforme; Faixa de temperatura de operação: entre +1°C e +7°C; Controle de temperatura por termostato ajustável de fácil acesso; Degelo automático ou semiautomático; Interior com prateleiras reguláveis em aço com pintura epóxi, permitindo organização de produtos; Revestimento interno em chapa galvanizada ou ABS de alta resistência, com cantos arredondados para facilitar a		UND	02

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk

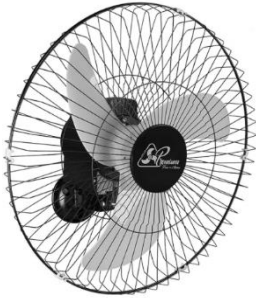
www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p>higienização; Revestimento externo em aço com pintura eletrostática branca; Pés reguláveis para nivelamento; Consumo de energia compatível com selo Procel A de eficiência energética; Tensão: bivolt automático (127/220V); Ruído máximo inferior a 60 dB; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto certificado pelo INMETRO, conforme regulamentação vigente.</p>			
<p>Finalidade do item 03: O refrigerador expositor vertical será utilizado para acondicionar bebidas, insumos e produtos perecíveis durante as atividades sociais, culturais e recreativas realizadas. O equipamento permitirá a adequada conservação e exposição dos produtos, garantindo segurança alimentar, praticidade e melhor aproveitamento do espaço físico.</p>				
04	<p>TENDAS PIRAMIDAL 8X8 – especificações mínimas: Estrutura modular tipo piramidal, com dimensões de 8 metros x 8 metros (64 m² de área total coberta); Altura mínima central: 3,5 metros; Estrutura metálica em aço galvanizado, com tratamento anticorrosivo, de montagem rápida e desmontagem simples; Fixação por parafusos, abraçadeiras e pinos metálicos, garantindo estabilidade e segurança; Cobertura confeccionada em lona de PVC trançada ou poliéster revestido, impermeável e anti-UV, gramatura mínima de 550 g/m²; Cor: branca (padrão institucional), com proteção contra fungos, mofo e</p>		UND	03

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk


www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	intempéries, anti chamas; Costuras reforçadas e acabamento termo-selado, garantindo vedação total contra chuva; Capacidade de resistência a ventos de até 60 km/h, conforme normas técnicas aplicáveis; Pés com base metálica larga ou estacas para fixação em solo, permitindo nivelamento em terrenos regulares; Possibilidade de fechamento lateral com cortinas removíveis (quando aplicável); Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; Produto em conformidade com normas de segurança e resistência estrutural da ABNT (NBR 15575 ou similar).			
Finalidade do item 04: A tenda piramidal será utilizada em apresentações e demais atividades promovidas visando assegurar, atividades ao ar livre.				
05	<u>VENTILADORES DE PAREDE OSCILANTE 60cm</u> - Especificações mínimas: Diâmetro das hélices: 60 cm; Tipo: ventilador de parede oscilante, com suporte metálico e regulagem de inclinação; Potência mínima: 200 watts; Tensão: bivolt automático (127V/220V) ou conforme necessidade do local de instalação; Material das hélices: polipropileno ou ABS injetado de alta resistência, com 3 pás balanceadas; Corpo e grade em aço pintado com tinta epóxi anticorrosiva; Sistema		UND	03

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	de oscilação horizontal automática com trava de acionamento manual; Regulagem de velocidade em três níveis (baixa, média e alta); Nível de ruído máximo: inferior a 65 dB; Vazão de ar mínima: 1,5 m³/s (ou equivalente a 5.400 m³/h); Fixação segura em parede com suporte metálico e parafusos de ancoragem; Cabos e plugues conforme normas ABNT NBR 14136; Consumo energético compatível com Selo Procel de eficiência classe A; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto com certificação do INMETRO válida no território nacional.			
Finalidade do item 05: Os ventiladores de parede serão instalados no ambiente, proporcionando ventilação adequada, conforto térmico e salubridade durante as atividades de dança, convivência e lazer.				
06	<u>FOGÃO 5 BOCAS DE PISO COM MESA EM INOX (COR BRANCA)</u> - Especificações mínimas: Tipo: fogão de piso, com 5 bocas e mesa em aço inoxidável polido; Acendimento: automático total (tanto nas bocas quanto no forno); Trempes: individuais ou duplas, confeccionadas em aço esmaltado ou ferro fundido, com suporte estável e antiderrapante; Queimadores: 1 queimador tripla chama (alta potência, mínimo 3.000 W); 2 queimadores médios (potência mínima 1.800 W); 2 queimadores pequenos		UND	01

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p>(potência mínima 1.200 W); Forno: Capacidade mínima de 96 litros; Sistema de dupla grade deslizante; Porta com visor amplo em vidro temperado duplo e isolamento térmico; Revestimento interno esmaltado autolimpante (fácil limpeza); Iluminação interna com lâmpada protegida; Puxador ergonômico em alumínio escovado ou aço pintado; Pés altos e niveladores para facilitar a limpeza; Cor predominante: branca, com mesa superior em inox; Alimentação: GLP (compatível com conversão para GN); Tensão elétrica: bivolt automático (127V/220V); Consumo de energia: compatível com selo Procel de eficiência energética "A"; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto com certificação do INMETRO, conforme normas ABNT NBR 13723 (segurança de aparelhos a gás) e demais aplicáveis.</p>			
<p>Finalidade do item 06: O fogão de 5 bocas será utilizado nas dependências, em apoio às atividades sociais, eventos e confraternizações realizadas. O equipamento permitirá o preparo de refeições e lanches de forma segura e eficiente, contribuindo para o bem-estar e integração dos idosos atendidos, além de oferecer durabilidade e facilidade de manutenção, adequadas ao uso coletivo.</p>				

07	<p><u>CÂMERA DIGITAL MIRRORLESS COM LENTE INTERCAMBIÁVEL</u> -</p> <p>Especificações mínimas: Tipo: câmera digital mirrorless (sem espelho óptico), com lente intercambiável; Resolução mínima do sensor: 24,1 megapixels (MP), tipo CMOS APS-C ou equivalente; Processador de imagem de alto desempenho, com baixo ruído e reprodução fiel de cores; Compatibilidade com gravação de vídeo em Full HD (1920x1080) a 60 fps ou superior; Sistema de foco automático (AF) híbrido, com detecção de contraste e de fase, cobrindo ampla área do quadro; Intervalo de sensibilidade ISO: 100 a 12.800 (expansível para 25.600); Disparo contínuo mínimo de 6 quadros por segundo; Estabilização óptica de imagem integrada à lente; Tela LCD traseira de 3 polegadas com ajuste de brilho e visualização em tempo real (live view); Conectividade Wi-Fi e Bluetooth integradas para transferência de imagens e controle remoto via aplicativo móvel; Compatibilidade com cartões de memória SD, SDHC ou SDXC (UHS-I ou superior); Lente inclusa: zoom padrão 18–45 mm, abertura f/4.5–6.3 ou equivalente, com autofoco e estabilização de imagem;</p>		UND	01
----	---	--	-----	----

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk


www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	Interface: porta USB tipo C e HDMI; Alimentação: bateria recarregável de íons de lítio com carregador incluso; Corpo leve e compacto, com empunhadura ergonômica; Peso máximo: 430 g (com bateria e cartão); Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto com certificação do INMETRO e conformidade com normas ANATEL (para conectividade sem fio). Marca Canon ou similar			
Finalidade do item 07: A câmera digital será utilizada para o registro fotográfico e audiovisual das atividades realizadas, incluindo oficinas de dança, eventos culturais, apresentações públicas e demais ações de convivência promovidas. O equipamento visa aprimorar a documentação e divulgação institucional das ações voltadas ao público idoso, fortalecendo a visibilidade e a transparência dos projetos sociais executados com recursos públicos.				
08	<u>LONGARINA COM 5 LUGARES EM POLIPROPILENO (COR PRETA)</u> - Especificações mínimas: Tipo: longarina com 5 assentos fixos, destinada a ambientes de convivência e recepção; Estrutura: confeccionada em aço carbono com pintura epóxi preta ou similar, resistente à corrosão e de alta durabilidade; Assentos e encostos: fabricados em polipropileno injetado de alta resistência, formato anatômico, superfície lisa e arestas arredondadas para maior conforto; Cor: preta, Dimensões aproximadas LxPxA – 2,42 x 50x87; Estrutura com traves de		UND	08

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca


	sustentação metálicas e pés em formato de “T” ou similar, com sapatas niveladoras para estabilidade; Capacidade de carga: mínimo 120 kg por assento; Fixação por parafusos de alta resistência; Acabamento livre de rebarbas e arestas cortantes; Produto ergonômico, conforme normas ABNT NBR 13962 (mobiliário — assentos) e NR-17 (ergonomia); Garantia mínima de 12 (doze) meses; Produto com certificação do INMETRO ou declaração de conformidade do fabricante, quando aplicável.			
Finalidade do item 08 - As longarinas de 5 lugares serão utilizadas para uma melhor acomodação do público alvo, oferecendo assentos confortáveis e duráveis aos idosos durante momentos espera ou atividades de convivência. A escolha pelo material em polipropileno e estrutura metálica se justifica pela facilidade de higienização, resistência ao uso contínuo e longa vida útil, atendendo às necessidades funcionais do ambiente e às diretrizes de segurança e acessibilidade.				
09	<u>IMPRESSORA, MULTIFUNCIONAL</u> – contendo as especificações mínimas: jato de tinta, com tanque de tinta integrado, quatro cores, impressão duplex (frente e verso) automático, rendimento mínimo de 7.500 páginas em preto e 6.000 coloridas, velocidade máxima de até 33ppm em preto e 20ppm em cores, scanner com puxador automático de papel e função copiadora. Painel de instruções frontal LCD colorido. Com conexão wi-fi e ethernet (RJ-45). Cores de		UND	02

	<p>impressão: quatro cores (preto, ciano, magenta e amarelo); Funções: impressão, digitalização (scanner) e cópia; Impressão duplex (frente e verso): automática; Rendimento mínimo de impressão: Até 7.500 páginas em preto; Até 6.000 páginas coloridas; Velocidade máxima de impressão: Até 33 páginas por minuto (ppm) em preto; Até 20 páginas por minuto (ppm) em cores; Resolução mínima de impressão: 4.800 x 1.200 dpi ou equivalente; Scanner: Tipo: mesa plana com alimentador automático de documentos (ADF); Capacidade mínima do ADF: 30 folhas; Resolução óptica mínima de 1.200 x 2.400 dpi; Função copiadora: Cópias coloridas e monocromáticas; Ampliação e redução automáticas; Painel de controle: Painel frontal com tela LCD colorida; Navegação intuitiva e botões de atalho para funções principais; Conectividade: Wi-Fi integrado; Porta Ethernet (RJ-45); Interface USB de alta velocidade; Compatibilidade com sistemas operacionais Windows, Linux e macOS; Bandeja de entrada com capacidade mínima de 250 folhas; Ciclo mensal de trabalho compatível com uso administrativo contínuo; Consumo de energia reduzido,</p>			
--	--	--	--	--

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	compatível com selo Procel de eficiência energética, quando aplicável; Produto com certificação do INMETRO e conformidade com normas da ABNT; DA GARANTIA: A garantia de funcionamento será pelo período de 12 (doze) meses para peças e serviços contada a partir do Recebimento Definitivo do Objeto, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.			
Finalidade do item 09: A impressora multifuncional será utilizada para dar suporte às atividades administrativas e operacionais, e demais projetos socioassistenciais. O equipamento permitirá a impressão de listas de presença, materiais informativos, convites, relatórios, registros fotográficos digitalizados, cópias de documentos e demais rotinas administrativas necessárias à execução, controle e prestação de contas das atividades desenvolvidas.				
10	TELEVISOR LED 70 POLEGADAS, RESOLUÇÃO 4K UHD, COM CONECTIVIDADE INTELIGENTE - contendo as especificações mínimas: Tipo: televisor LED para uso institucional e coletivo; Tamanho da tela: 70 polegadas, formato widescreen (16:9); Resolução: 4K UHD (3840 x 2160 pixels); Tecnologia do painel: LED, com retroiluminação uniforme e ângulo de visão amplo; Frequência mínima de atualização: 60 Hz; Sistema		UND	02

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p>operacional: Smart TV, com acesso a aplicativos e conteúdos via internet; Conectividade: Wi-Fi integrado; Bluetooth para conexão com dispositivos externos (caixas de som, controles, etc.); Compatibilidade com assistente virtual por comando de voz, por meio de microfone no controle remoto ou integração com dispositivos externos (ex.: Alexa ou equivalente); Entradas e conexões: Mínimo de 3 entradas HDMI; Mínimo de 2 portas USB; Entrada Ethernet (RJ-45); Saída de áudio digital; Sistema de áudio integrado com potência compatível para ambientes internos, com suporte a tecnologias de melhoria de som; Controle remoto com acesso rápido às principais funções e comandos de voz, quando aplicável; Compatibilidade com fixação em suporte de parede padrão VESA; Consumo de energia compatível com selo Procel de eficiência energética, quando aplicável; Produto em conformidade com as normas da ABNT, regulamentações do INMETRO e certificações da ANATEL para conectividade sem fio; Marca Samsung ou similar.</p>			
<p>Finalidade do item 10: O televisor de 70 polegadas será utilizado com a finalidade de apoiar atividades culturais, educativas e recreativas, tais como exibição de vídeos,</p>				

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca


apresentações audiovisuais, ensaios coreográficos, palestras e eventos de convivência. O equipamento proporcionará melhor qualidade visual, acessibilidade à informação e integração tecnológica, contribuindo para o fortalecimento das ações socioassistenciais e para a promoção do envelhecimento ativo e participativo.

11	<p><u>BEBEDOURO DE COLUNA COM REFRIGERAÇÃO ELÉTRICA</u> - contendo as especificações mínimas: Sistema de refrigeração: elétrico, por compressor hermético, com gás refrigerante ecológico, livre de CFC; Capacidade mínima de refrigeração: 20 litros por hora; Temperatura da água gelada: entre 4°C e 10°C; Opções de fornecimento de água: Água natural e Água gelada; Reservatório interno de água gelada confeccionado em aço inoxidável, atóxico e resistente à corrosão; Gabinete externo em aço com pintura eletrostática ou aço inox, acabamento na cor prata, de fácil higienização; Torneiras ou acionadores em material resistente, adequados ao uso frequente, com identificação para água natural e gelada; Bandeja coletora de água removível para fácil limpeza; Sistema de filtragem interno ou compatibilidade com filtro externo, garantindo a qualidade da água fornecida; Pés niveladores ajustáveis, assegurando estabilidade do equipamento; Tensão elétrica: 127V ou 220V, conforme a rede elétrica local; Consumo de energia compatível com os</p>		UND	01
----	--	--	-----	----

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	padrões de eficiência energética vigentes (Selo Procel, quando aplicável); Produto em conformidade com as normas da ABNT, Portarias do INMETRO e exigências sanitárias aplicáveis; DA GARANTIA: A garantia de funcionamento será pelo período de 12 (doze) meses para peças e serviços contada a partir do Recebimento Definitivo do Objeto, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.			
Finalidade do item 11: O bebedouro de coluna será utilizado com a finalidade de assegurar o fornecimento contínuo de água potável, natural e refrigerada, aos idosos participantes das atividades de convivência, ensaios e eventos. A disponibilização adequada de água contribui diretamente para a hidratação, saúde e bem-estar da pessoa idosa, além de atender às condições de salubridade e conforto exigidas para ambientes coletivos, em consonância com o interesse público e as diretrizes da política municipal de assistência social.				
12	<u>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL DE ALTA ROTAÇÃO, CAPACIDADE 4 LITROS</u> – contendo as especificações mínimas: Capacidade mínima do copo: 4 (quatro) litros; material do copo: aço inoxidável, atóxico, resistente à corrosão, impactos e variações térmicas; Tampa em material resistente, com vedação adequada e orifício dosador; Sistema de lâminas: Conjunto de lâminas em aço inox, de		UND	01

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p>alta resistência e corte eficiente; Fixação reforçada, adequada para misturas densas; Motor: Potência mínima compatível com uso industrial; Alta rotação, com desempenho adequado para triturar alimentos sólidos e líquidos de forma homogênea; Rotação mínima compatível com padrão industrial, garantindo eficiência e rapidez no preparo; Base e estrutura: Corpo em aço inox ou aço com pintura eletrostática, com alta durabilidade; Base antiderrapante para maior estabilidade durante o funcionamento; Voltagem: 127V ou 220V, conforme rede elétrica local; Sistema de acionamento simples e seguro, com chave liga/desliga protegida contra respingos; Nível de ruído compatível com equipamentos industriais da mesma categoria; Produto de fácil desmontagem para higienização, atendendo às normas sanitárias vigentes; Conformidade com normas da ABNT e exigências do INMETRO, quando aplicáveis; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p>			
<p>Finalidade do item 12: O liquidificador industrial de alta rotação será utilizado em apoio às atividades sociais, eventos e confraternizações promovidas pela Secretaria Municipal de Promoção Social. O equipamento permitirá o preparo de sucos, vitaminas, alimentos líquidos e pastosos em maior escala, atendendo de forma eficiente e segura às necessidades do público idoso, contribuindo para a promoção</p>				

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs	Folha nº: _____ Rubrica: _____
--	--	---------------------------------------

do bem-estar, da alimentação adequada e da integração social, em consonância com o interesse público e as diretrizes da política de assistência social.

5.3 - Justificativa técnica da escolha da televisão – marca Samsung ou similar

A escolha de televisão da marca Samsung, ou de outra marca tecnicamente equivalente (similar), fundamenta-se em critérios estritamente técnicos, funcionais e econômicos, não configurando direcionamento indevido, mas sim a definição de um padrão de referência de desempenho, conforme autorizado pelo art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, desde que admitida a aceitação de produtos similares ou superiores.

A marca Samsung é amplamente reconhecida no mercado nacional e internacional pela qualidade construtiva, confiabilidade tecnológica e durabilidade de seus televisores, especialmente nos modelos de grande porte com resolução 4K UHD. Esses equipamentos apresentam desempenho compatível com uso institucional contínuo, sendo amplamente adotados por órgãos públicos, instituições educacionais e espaços comunitários para fins educativos, culturais e administrativos.

Do ponto de vista técnico, os televisores dessa categoria se destacam pelos seguintes aspectos:

- Alta qualidade de imagem, com painéis LED 4K UHD que oferecem nitidez, contraste e fidelidade de cores adequados para ambientes amplos e coletivos, como salões de convivência;
- Estabilidade do sistema operacional Smart TV, com atualizações frequentes, garantindo maior vida útil tecnológica e compatibilidade com aplicativos e dispositivos externos;
- Ampla conectividade, incluindo Wi-Fi, Bluetooth e múltiplas entradas HDMI, permitindo integração com câmeras, notebooks, caixas de som, impressoras multimídia e outros equipamentos adquiridos no mesmo projeto;
- Compatibilidade com assistentes virtuais por comando de voz, facilitando o uso por diferentes perfis de usuários, inclusive pessoas idosas, promovendo acessibilidade e usabilidade;
- Eficiência energética, com modelos que atendem aos padrões de consumo exigidos pelo selo Procel, contribuindo para a redução de custos operacionais e atendimento às diretrizes de sustentabilidade.

Sob o aspecto econômico, televisores dessa categoria apresentam excelente relação custo-benefício, considerando a durabilidade do equipamento, a baixa taxa de falhas, a ampla rede de assistência técnica autorizada no território nacional e a facilidade de reposição de peças e acessórios. Esses fatores reduzem riscos de interrupção de uso e custos futuros com manutenção corretiva.

A referência à marca Samsung, portanto, tem caráter meramente exemplificativo

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACA UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

e comparativo, sendo plenamente admitida a oferta de televisores de outras marcas consolidadas no mercado, desde que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas, com desempenho, qualidade e funcionalidades equivalentes ou superiores.

Dessa forma, a escolha por Samsung ou similar revela-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente segura, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade, da competitividade e do interesse público, e garantindo que o televisor adquirido cumpra plenamente sua finalidade de apoiar as atividades culturais, educativas e de convivência.

5.4 - Memória de cálculo e metodologia de estimativa:

1. Base de referência:

- Os quantitativos foram obtidos a partir da rotina operacional da Secretaria Municipal de Promoção Social.
- Considerou-se o uso diário médio do espaço, demandando mobiliário e equipamentos compatíveis com esse fluxo.

2. Cálculo de dimensionamento:

- Para o mobiliário de convivência (mesas e cadeiras): estimou-se uma mesa para cada 4 participantes, totalizando 10 conjuntos.
- Para ventilação, calculou-se um ventilador a cada 20 m² do salão principal, resultando em 3 unidades para cobertura homogênea do ambiente.
- Para assentos fixos (longarinas): previstas 4 unidades de 5 lugares para áreas de recepção e descanso, atendendo à capacidade de público.
- Os equipamentos de refrigeração e apoio (fogão, freezer e refrigerador) foram dimensionados considerando o volume médio de eventos e o espaço físico disponível na copa.
- A tenda piramidal foi dimensionada com base na média de participantes em atividades externas (até 50 pessoas), cobrindo área de 64 m².
- A câmera digital foi dimensionada como item único, de uso compartilhado institucionalmente, para registro e divulgação das ações sociais.

3. Critério de economicidade:

- As quantidades propostas garantem o atendimento integral das demandas sem excessos ou ociosidade de bens.
- A aquisição centralizada dos itens reduz custos logísticos e de gestão, assegurando eficiência e padronização no uso dos equipamentos.

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO - (ART. 18, § 1º, V DA LEI 14.133/2021)

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p>ESTADO DO ACRE</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ</p> <p>SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPS</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--

6.1 - Este levantamento de mercado tem por objetivo analisar as características físicas e funcionais das aquisições de equipamentos e materiais permanentes a serem feitas. A compreensão do comportamento destas variáveis é importante para determinar as características desejáveis da contratação, consoantes na Cesta de Preços.

6.2 - Foram realizadas consultas a editais e pesquisas de mercado para identificar contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades, visando descobrir novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhor atender às necessidades da Administração. No entanto, não foram observadas variações significativas no que diz respeito à execução do objeto ou ao perfil das empresas que atendam ao objeto a ser contratado. A principal variação entre os processos refere-se à modalidade de licitação utilizada, que depende das normas vigentes em cada caso.

6.3 – Os itens, objeto deste estudo técnico preliminar, são amplamente disponíveis no mercado. Portanto, as aquisições destes se insere em um cenário favorável, onde é possível verificar a ampla disponibilidade de empresas capacitadas para atender às especificações.

6.4 - As possíveis soluções para o cumprimento do objeto são:

- **Solução 01 – Aquisição mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico (sem utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP);**

Critério de Análise	Solução 01 – Aquisição Direta por Pregão Eletrônico (sem SRP)
Finalidade do recurso	Recurso proveniente de emenda parlamentar , com execução orçamentária vinculada e prazo determinado, exigindo aquisição imediata e integral.
Natureza da demanda	Pontual e não continuada , voltada à aquisição única de itens específicos.
Economia e vantajosidade	Garante competitividade e obtenção de melhor preço por meio de licitação pública ampla (Pregão Eletrônico).
Celeridade e execução	Procedimento ágil e com cronograma compatível ao prazo de execução do recurso parlamentar.
Risco de desatendimento da necessidade	Baixo – a contratação é direta e integral, com cronograma controlado pelo órgão demandante.
Controle e conformidade	Total controle do processo licitatório e execução contratual pelo órgão contratante.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes,385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--

Critério de Análise	Solução 01 – Aquisição Direta por Pregão Eletrônico (sem SRP)
Compatibilidade técnica	Itens e especificações definidos conforme diagnóstico da necessidade local.

- Solução 02 – Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) vigente.

Critério de Análise	Solução 02 – Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP)
Finalidade do recurso	Pode não garantir entrega dentro do prazo de execução do recurso parlamentar, devido à necessidade de autorização do órgão gerenciador e disponibilidade de saldo.
Natureza da demanda	Repetitiva ou parcelada , destinada a atender demandas contínuas.
Economia e vantajosidade	Pode gerar economia de escala, porém depende da viabilidade de adesão e da compatibilidade técnica dos itens registrados.
Celeridade e execução	Etapas de adesão e autorização do órgão gerenciador podem atrasar a contratação .
Risco de desatendimento da necessidade	Médio/alto – risco de indisponibilidade de quantitativos na ata ou de prazo incompatível com a vigência do recurso.
Controle e conformidade	Dependência da gestão da ata por outro órgão, o que limita a autonomia na execução e fiscalização.
Compatibilidade técnica	Itens da ata podem não corresponder plenamente às especificações ou padrões exigidos.

6.5 - Em consulta as atas de registro de preços vigentes, foi possível constatar que para a aquisição, seria necessário a realização de várias adesões para contemplar os itens. **Dessa forma, a melhor solução para obtenção da referida aquisição é a solução 01 por meio de processo licitatório, com o critério de julgamento de menor preço por item. Dados os vários fornecedores presentes no mercado brasileiro o processo licitatório pode propiciar maior vantagem para a administração pública, justa competição e evitar sobrepreços e superfaturamento.**

6.6 - Além disso o município utiliza-se deste modelo de contratação a vários anos o quem vem demonstrar que este modelo satisfaz as necessidades da Administração.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--

7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VI DA LEI 14.133/2021).

7.1 – Ressalta-se que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) integra a fase de planejamento da contratação, possuindo caráter essencialmente técnico e prospectivo, voltado à análise da necessidade, levantamento de soluções e definição da melhor alternativa para atendimento do interesse público.

7.2 - Nesse contexto, destaca-se que o art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 exige, no âmbito do ETP, a apresentação do orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação, sem, contudo, impor, nesta fase, a obrigatoriedade de observância integral dos requisitos formais e metodológicos previstos no art. 23 da mesma lei, os quais se aplicam de forma mais rigorosa à etapa subsequente de instrução processual, especialmente na elaboração do Termo de Referência e da fase externa da licitação.

7.3 - Dessa forma, a estimativa de preços apresentada neste Estudo Técnico Preliminar possui caráter preliminar, tendo por finalidade subsidiar a tomada de decisão quanto à viabilidade da contratação, não se confundindo com o orçamento estimado definitivo que instruirá o processo licitatório.

7.4 - Ressalta-se, por fim, que a consolidação da pesquisa de preços, com o detalhamento das fontes, metodologia, será devidamente aprofundada na fase de elaboração do Termo de Referência, observando-se integralmente as disposições do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

7.5 – Dessa forma, o valor preliminar estimado é de R\$ 135.876,06 (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e seis centavos). Segue anexo, a memória de cálculo.

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 18, § 1º, VII DA LEI 14.133/2021)

8.1 – A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes (eletrodoméstico, eletrônico, informática e outros) destinados à Assistência do Idoso, com vistas ao fortalecimento das ações da Secretaria Municipal de Promoção Social do Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202429140007.

8.2 - A solução proposta consiste na realização de processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, CRITÉRIO MENOR PREÇO POR ITEM**. Esta modalidade foi escolhida por sua capacidade de proporcionar maior transparência, celeridade e competitividade no processo de contratação, garantindo assim a seleção da proposta

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

mais vantajosa para a administração pública, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021. Foi estruturada de modo a atender, de forma integrada, às necessidades operacionais e funcionais dos serviços de assistência social voltados à pessoa idosa, contribuindo para a melhoria da infraestrutura física e do atendimento humanizado prestado nos equipamentos públicos sob gestão da Secretaria.

8.3 - Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/21, a modalidade de Pregão Eletrônico para contratação de bens e serviços comuns, poderá ter como critério de julgamento os seguintes: **a) menor preço; b) maior desconto**. Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.4 - A entrega dos bens será única e integral, observando-se as etapas de recebimento provisório e definitivo, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021. Serão elaborados os respectivos termos de recebimento, assegurando o controle de qualidade e a conformidade técnica dos equipamentos.

8.5 - A execução do pregão eletrônico será viabilizada por meio de plataforma digital regulamentada, permitindo a ampla participação de fornecedores de diferentes localidades, o que potencializa a obtenção de propostas com preços mais competitivos e condições mais vantajosas. Além disso, o processo será conduzido com base em critérios técnicos rigorosos e detalhadamente especificados no edital, assegurando que os bens adquiridos sejam compatíveis com as necessidades operacionais do município.

8.6 - A não adoção do SRP neste pregão se fundamenta na necessidade de garantir a disponibilidade imediata da referida aquisição. O SRP, embora seja uma ferramenta valiosa para aquisições de médio e longo prazo, pode não ser adequado quando há urgência na entrega dos itens. Optar por um pregão sem a aplicação do SRP nos permite agilizar o processo de aquisição, negociar prazos de entrega mais curtos com os fornecedores e garantir a resposta imediata às demandas operacionais da organização. Esta abordagem direta e ágil é essencial para atender às necessidades urgentes e evitar qualquer atraso na obtenção dos equipamentos necessários. Além disso, ao escolher um pregão tradicional, podemos promover a concorrência entre os fornecedores de forma transparente e competitiva, assegurando que obtenhamos as melhores condições possíveis em termos de preço, qualidade e prazo de entrega. Portanto, a não adoção do SRP neste pregão é justificada pela urgência na obtenção

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setorcomprask@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACA UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--

dos equipamentos e pela necessidade de garantir eficiência e agilidade no processo de aquisição, sem comprometer a qualidade ou a transparência do procedimento licitatório.

9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VIII DA LEI 14.133/2021).

9.1 – A contratação será realizada de forma parcelada por itens, considerando a natureza divisível do objeto e a possibilidade de ampliação da competitividade entre os licitantes, nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 – O parcelamento em itens permite a participação de um maior número de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9.3 – Ressalta-se que o parcelamento não compromete a economicidade, a padronização ou a eficiência da contratação, sendo tecnicamente viável e vantajoso, tendo em vista que os itens são independentes entre si.

9.4 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, assegurando ampla competitividade e isonomia no certame.

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - (ART. 18, § 1º, IX DA LEI 14.133/2021).

10.1 – Os resultados esperados são ganhos secundários que podem decorrer da contratação. São outros benefícios que não se confundem com o resultado principal esperado, que é a resolução do problema que originou a demanda.

10.2 – No presente caso, o planejamento versa sobre contratação de objeto rotineiro, com especificações bem conhecida pela entidade contratante. Assim, não se vislumbram resultados esperados além da resolução do problema que está baseada na aquisição dos itens.

10.3 - Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município, buscando, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, evitando contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato, inclusive levando em conta o ciclo de vida do objeto. Como meta qualitativa, pretende-se ampliar a capacidade de atendimento das atividades de convivência em pelo menos 20% (vinte por cento), mediante melhoria do ambiente físico e aquisição de equipamentos adequados às necessidades do público idoso.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000

Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	--	--

10.4 – A licitação será por itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. Observa-se que cada item se cinge à certame autônomo, com julgamento independente.

10.5 - Almeja-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado considerando os preços máximos para contratações públicas referentes às legislações vigentes, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência.

10.6 - A análise dos documentos técnicos exigidos nos editais de abertura de licitação, bem como, a qualidade e especificações dos itens a serem adquiridos será de responsabilidade dos profissionais funcionários do setor de licitações que estiverem participando do pregão.

10.7 - A contratação permitirá à Administração elevar seus padrões de eficiência, melhorar as condições de trabalho, reduzir custos operacionais e garantir sustentabilidade da estrutura administrativa, assegurando ótima relação custo-benefício.

11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO - (ART. 18, § 1º, X DA LEI 14.133/2021).

11.1 - Enfatizamos que os envolvidos (gestor e fiscal) serão servidores, possuindo conhecimentos para a devida ciência das obrigações durante a execução contratual.

11.2 - Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente, será realizada a licitação através de Pregão eletrônico na modalidade Pregão Eletrônico – sem SRP.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI DA LEI 14.133/2021).

12.1 - Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização. Portanto, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS - (ART. 18, § 1º, XII DA LEI 14.133/2021).

13.1 – Considerando a natureza do objeto, verifica-se que os impactos ambientais associados à contratação são de baixa relevância, estando relacionados principalmente ao consumo de energia elétrica e à geração de resíduos ao final da vida útil dos equipamentos.

13.2 – Tais impactos serão mitigados por meio da adoção de critérios de sustentabilidade previstos neste ETP, especialmente aqueles relacionados à eficiência energética, durabilidade dos bens, utilização de materiais recicláveis e observância das normas ambientais aplicáveis.

13.3 – Dessa forma, a contratação atende aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA - (ART. 18, § 1º, XIII DA LEI 14.133/2021).

14.1 – A solução ora analisada mostra-se adequada para o atendimento da necessidade oficializada no Documento de Formalização de Demanda, conforme inciso XIII, parágrafo primeiro, art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

14.2 - Os quantitativos estimados e a estratégia de contratação foram estabelecidos com base em levantamentos da necessidade, histórico de demandas com ajustes ao valor estimado da emenda, demonstrando compatibilidade com o objetivo final pretendido, assegurando economicidade e melhor aproveitamento dos recursos financeiros.

14.3 - Diante do exposto, conclui-se que a contratação é adequada para atender à necessidade da Administração, devendo ser autorizada a continuidade para as próximas etapas do processo licitatório, com a observância dos parâmetros técnicos, quantitativos, econômicos e ambientais estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

14.4 - Diante do exposto, entende-se que o presente Estudo Técnico Preliminar atende integralmente aos requisitos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, devendo subsidiar a elaboração do Termo de Referência e demais peças do processo licitatório.

Tarauacá - Acre, 10 de março de 2026.

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprstk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL - SEMPs</p>	<p>Folha nº: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	--

Elaborado em:

TATYANE VIANA DA SILVA

Diretora do CRAS
Portaria nº 148/2025

Aprovado por:

CLEANE MONTEIRO PEREIRA

Secretária Municipal de Promoção Social
Decreto n.º 009/2025

Rua: Cel. Juvêncio de Menezes, 385, Centro, Tarauacá-Acre/ CEP: 69.970-000
Email: setordecomprastk@gmail.com | @promo_socialtk

www.tarauaca.ac.gov.br | @prefeitura_tarauaca

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

(Processo Administrativo nº 3.249/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A) E
.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamentos /material permanente destinados à Assistência do Idoso, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032024-068606/2024, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202429140007, destinada à Secretaria Municipal de Promoção Social do Município de Tarauacá/Acre, especificado(s) no(sp) item(ns) do Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.1.1. O prazo de vigência será prorrogado, por meio de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.
- 2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
 - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXX;
- 8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*

- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. *Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);*
- 9.27. *Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;*
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Tarauacá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Tarauacá-AC, XX de XXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-